

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO DO AMAZONAS
DETRAN-AM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO e CIRCUNSTANCIADO DAS
ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO DE 2019**



MANAUS - 2019



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS DETRAN-AM

RELATÓRIO DE GESTÃO e CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório de Gestão e Circunstanciados de Atividades Econômicas e Financeiras do exercício de 2019 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle externo como prestação de contas anual a que esta autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e art. 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.



LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AFI	Administração Financeira Integrada
TCE-AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
DVP	Demonstrativo das Variações Patrimoniais
PAC	Postos de Atendimento ao Cidadão
PA	Pronto Atendimento
PAD	Postos de Atendimento do Detran



Sumário

1 APRESENTAÇÃO	7
2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO	8
2.1 Gestão Orçamentária.....	8
2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas	8
RECEITA TOTAL PREVISTA:.....	8
DESPESA TOTAL FIXADA	9
2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	11
3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11
3.1.1. Receitas Correntes	12
3.1.2. Receitas de Capital.....	12
3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.....	14
4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
4.1. BALANÇO ORÇAMENTARIO	16
4.2. BALANÇO FINANCEIRO.....	19
4.3. BALANÇO PATRIMONIAL	21
a) Ativo -.....	21
b) Passivo	21
c) Patrimônio Líquido.....	21
d) Contas de Compensação	21
4.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	24
4.5. <i>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE</i>	25
5. GASTOS COM PESSOAL	25
6. AÇÕES NO TRÂNSITO	28
6.1 Atendimentos.....	28
6.2 Habilitados.....	29
6.3 Provas Aplicadas.....	29
6.4 Educação no Trânsito.....	30
6.5 Transparência.....	30
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31



1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN, no exercício de 2019, no âmbito econômico-financeiro e de gestão, o qual se constitui na prestação de contas, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no prazo regulamentado, em cumprimento ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

Sendo demonstrado o desempenho financeiro e econômico mediante apresentação das análises dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e DVP-Demonstrativo das Variações Patrimoniais as quais foram elaboradas em conformidade com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8.ª edição, aprovado pela Portaria STN/SOF n.º 06, de 18 de dezembro de 2018, que também observa os dispositivos legais reguladores do assunto, tais como a Lei n.º 4.320/1964, a Lei Complementar n.º 101/2000 e, ainda, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), e, tratamento contábil da depreciação de acordo com a NBCT 16.9 e do ativo Imobilizado.

Quanto a Gestão apresentamos os fatos mais relevantes da atuação do DETRAN-AM sendo este um Órgão Executivo Estadual de Trânsito que executa as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, cumpri e faz cumprir a legislação e as normas de trânsito, controla o processo de formação de condutores, suspensão e cassação, vistoria de veículos, efetua emplacements, licencia veículos, além de coletar dados estatísticos, operacionalizando as medidas da Política Nacional de Trânsito, promovendo a Educação para o Trânsito, prestando serviços aos usuários e objetivando um trânsito mais seguro, pacífico e harmônico; além dos atos administrativos e gestão de pessoal que deram suporte as nossas ações.

Diretoria do DETRAN composta conforme abaixo, durante o exercício de 2019

Diretor Presidente: **Rodrigo de Sá Barbosa**

Diretora Adm.Financeira: **Edslangela Rodrigues dos Santos**

Diretor Técnico: **José Amurine Feitosa Tomaz Filho**



2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

2.1 Gestão Orçamentária

2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas

No orçamento do Estado para o Exercício financeiro de 2019, *estimou a receita e fixou a despesa* pra o DETRAN-AM em **R\$98.322.000,00** (noventa e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil reais), definido por natureza de despesa, programas e ações para o exercício financeiro.

RECEITA TOTAL PREVISTA: A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas e apresentou as seguintes estimativas

Tabela 01

Demonstrativo da Receita Orçamentária Prevista

Receitas	Valor R\$	%
Receitas Correntes	98.322.000,00	100%
Receita Patrimonial	272.000,00	0,28%
Receita De Serviços	86.000.000,00	87,47%
Serviços Administrativos	65.000.000,00	
Outros Serviços	21.000.000,00	
Outras Receitas Correntes	12.050.000,00	12,25%
Multas De Outras Origens		
Outras Receitas primárias	4.000.000,00	
Outras Multas primárias, multas e juros	8.000.000,00	
Indenizações e Restituições	50.000,00	
Restituições descontadas em folha	50.000,00	

Fonte: Rel_Anexo 10 – AFI/2019



DESPESA TOTAL FIXADA: A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com as seguintes categorias econômicas:

Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Estimada

Descrição	Valor R\$	%
DESPEAS		
DESPEAS CORRENTES	93.621.000,00	95,22%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.621.000,00	
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	74.000.000,00	
DESPEAS DE CAPITAL	4.701.000,00	4,78%
INVESTIMENTOS	4.701.000,00	
Total das Despesas	98.322.000,00	100,00%

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 - AFI/2019

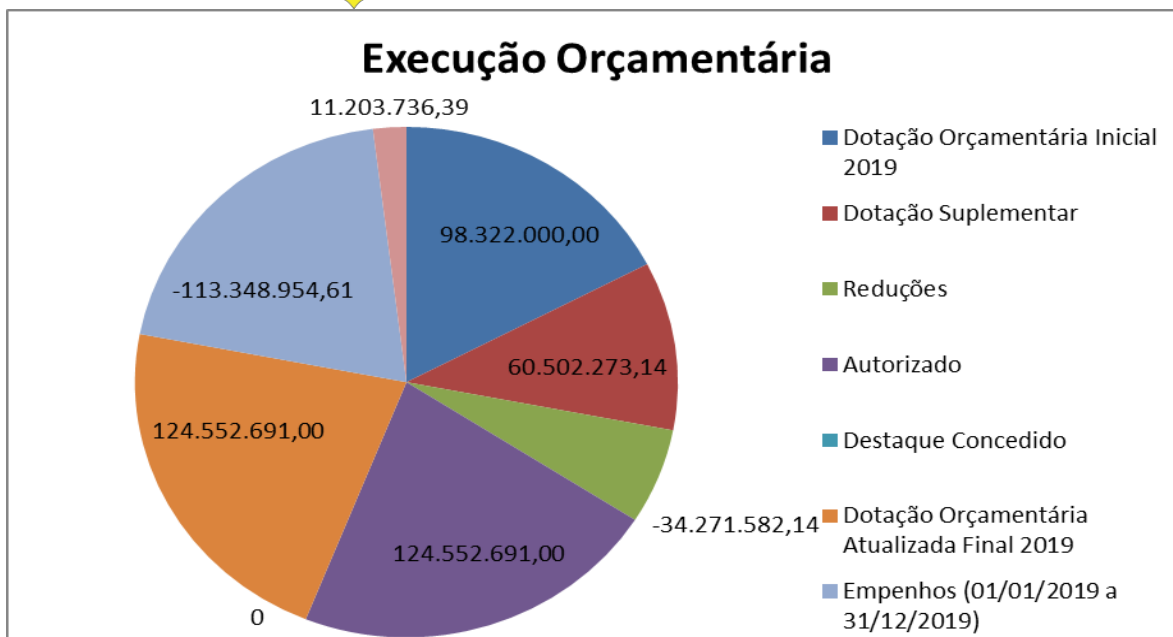
2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante a execução orçamentária, houve a necessidade por parte do DETRAN-AM de realizar a abertura de créditos orçamentários ou o reforço de dotações por conta de ajustes na execução de ações e programas previstos, como apresentadas no Anexo do Balanço intitulado “Demonstrativo dos Créditos Autorizados”. As alterações orçamentárias ocorreram à conta de anulação total ou parcial de dotação e Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme pode ser evidenciado a seguir.

Tabela 03
Demonstrativo da Execução Orçamentária

Descrição	Valor em R\$	Percentual %
Dotação Orçamentária Inicial 2019	98.322.000,00	100
Dotação Suplementar	60.502.273,14	48,58
Reduções	-34.271.582,14	27,52
Autorizado	124.552.691,00	
Destaque Concedido	-	
Dotação Orçamentária Atualizada Final 2019	124.552.691,00	100
Empenhos (01/01/2019 a 31/12/2019)	-113.348.954,61	91
Saldo Disponível	11.203.736,39	9

Fonte:REL_EXEORC_01-AFI/2019

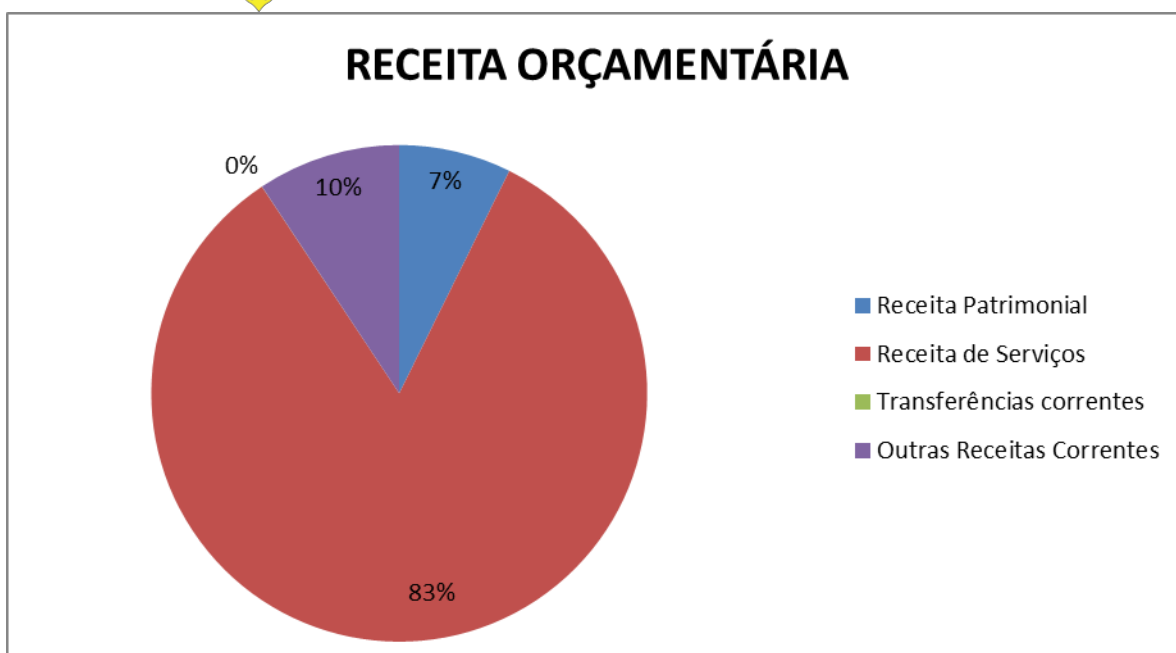


Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$121.159.912,45** (cento e vinte e um milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e doze reais e quarenta e cinco centavos) conforme tabela abaixo:

TABELA 04

RECEITAS CORRENTES TOTAL	121.159.912,45
Receita Patrimonial	8.875.126,16
Receita Financeira	585.289,95
Outros serviços públicos realizados	8.289.836,21
Receita de Serviços	100.966.891,57
Serviços de Registro, certificação e fisc	80.059.308,78
Outros serviços	20.907.582,79
Transferências correntes	2910,01
Transferências de Instituições privadas	2910,01
Outras Receitas Correntes	11.314.984,71
Multas Prevista em legisl.específica	10.097.705,04
Outras Restituições	169.403,31
Termos de Cooperação	1.047.876,36

Fonte: ANEXO-10-12-AFI-2019



3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

[...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;



Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam responsabilidades de recursos financeiros para o erário ou ingressos extra-orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”.

3.1.1. Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

De acordo com o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

3.1.2. Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com o § 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.



O Anexo 10 da Lei 4.320/64 demonstra o comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada por categoria econômica. Na **tabela 05** demonstraremos a execução da receita orçamentária do exercício de 2019, que totalizou uma arrecadação de R\$121.159.912,45 (cento e vinte e um milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e doze reais e quarenta e cinco centavos) 23,23% acima do valor Orçado de R\$98.322.000,00 (noventa e oito milhões, trezentos e vinte e dois mil reais); sendo **Receita Patrimonial** o montante de **R\$8.875.126,16** (oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, cento e vinte e seis reais e dezesseis centavos) equivalente a 7,33%; **Receita de Serviços** no valor de **R\$100.966.891,57**, (cem milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos) equivalente a 83,33%; **Transferências correntes** no valor de **R\$2.910,01** (dois mil, novecentos e dez reais e um centavo) equivalente a 0,002%; **Outras Receita Correntes** no valor de **R\$11.314.984,71** (onze milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos) equivalente a 9,34%, conforme demonstrativo abaixo:

TABELA 05

Títulos	Receita Orçada	Receita Arrecadada	Diferença	Varição
RECEITAS CORRENTES	R\$	R\$	R\$	%
Receita Patrimonial	272.000,00	8.875.126,16	8.603.126,16	
Remuneração De Depósitos Bancários	272.000,00	585.289,95	313.289,95	-
Outras delegações de serviços públicos	-	8.289.836,21	8.289.836,21	
Receita De Serviços	86.000.000,00	100.966.891,57	14.966.891,57	
Serviços de registro, certificação e fiscalização-principal	65.000.000,00	80.059.308,78	15.059.308,78	-
Outros Serviços	21.000.000,00	20.907.582,79	-92.417,21	-
Transferências Correntes	-	2.910,01	2.910,01	
Transferência de convênios de Instituições Privadas	-	2.910,01	2.910,01	
Outras Receitas Correntes	12.050.000,00	11.314.984,71	-735.015,29	
Outras Multas - Diretamente Arrecadado		10.097.705,04	10.097.705,04	-
				-
Indenizações, restituições e ressarcimentos	50.000,00	169.403,31	119.403,31	-
Restituições de despesas exercícios anteriores		325,30	325,30	
Outras restituições	50.000,00	169.078,01	119.078,01	
Demais Receitas Correntes	12.000.000,00	1.047.876,36	-10.952.123,64	
Outras receitas primárias - principal	4.000.000,00	1.047.876,36	- 2.952.123,64	



Outras receitas primárias - mltas e juros de mora	8.000.000,00	-	- 8.000.000,00	
Totais	98.322.000,00	121.159.912,45	22.837.912,45	<u>23,23+</u>

Fonte: Rel_Anexo 10 - AFI/2019

Ressalta-se ainda que a elevação da arrecadação motivou-se pelo aumento das demandas de serviços e no aumento das taxas de conformidade com a Lei Complementar nº 148 de 19/12/2014, sendo utilizado a taxa de IPCA conforme Art. 2º, LC 148/2014 a partir de 01/04/2019.

3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extra orçamentários.

Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público/STN, dispêndio extra-orçamentário é a aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo as diversas saídas de numerários, decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e saídas de recursos transitórios.

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial em:

Despesa Orçamentária Efetiva - aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.

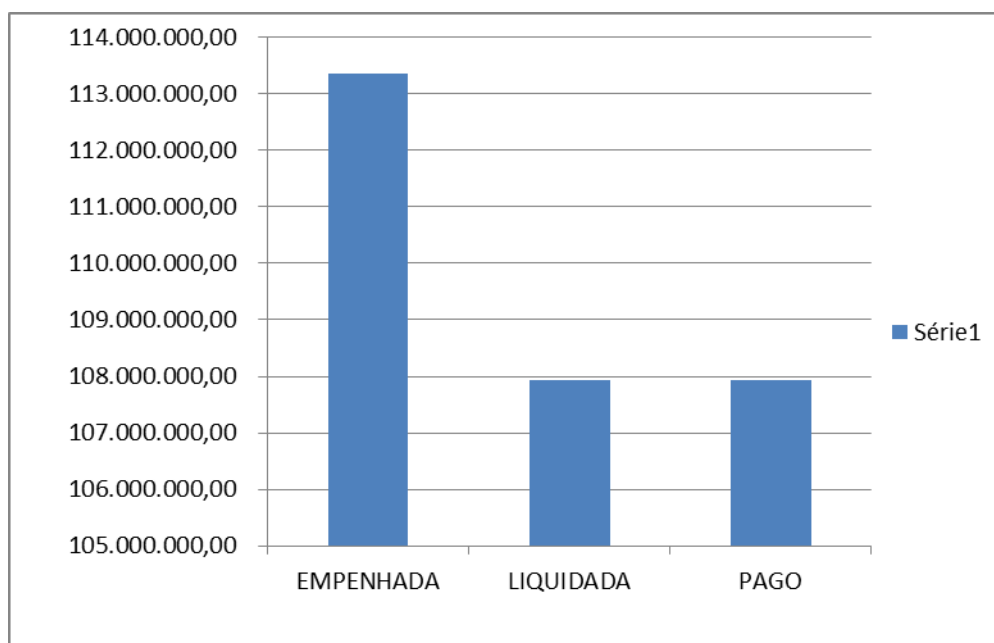
Despesa Orçamentária Não Efetiva – aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.



O DETRAN teve sua **Dotação Inicial atualizada para R\$124.552.691,00** (cento e vinte e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscientos e noventa e um reais). As despesas empenhadas pelo DETRAN-AM totalizaram o valor de **R\$113.348.954,61** (cento e treze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos), **liquidado o valor de R\$107.931.087,87** (cento e sete milhões, novecentos e trinta e um mil, oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos), **sendo pago o mesmo valor**, resultando numa economia orçamentária de R\$11.203.736,39 (onze milhões, duzentos e três mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), demonstrando assim compromisso com as obrigações assumidas.

Execução da Despesa

Tabela 06



Conforme o Art. 36 da Lei 4.320/64 consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas, em liquidação e não processadas. Para o exercício seguinte não feito inscrição de **Restos a Pagar**

As Despesas empenhadas, reconhecidas, liquidadas e não pagas que foram inscrita em **Restos a Pagar Processados em 2018**, no valor de **R\$225.630,63** (duzentos e vinte e cinco mil, seiscientos e trinta reais e sessenta e três centavos) e as Despesas empenhadas, não reconhecidas e não liquidadas, foram inscritas em **Restos a Pagar Não Processados em 2018** no valor de **R\$4.505.153,28** (quatro milhões, quinhentos e cinco mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), conforme anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante do sistema AFI/2019, foram devidamente pagas em 2019. O valor de Restos a pagar 2019 não processados registrado foi de R\$5.417.929,18, detalhado nas Notas Explicativas que também fazem parte desta prestação de contas.



4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 840, de 21 de dezembro de 2016, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em função da atualização dos anexos da Lei nº 4.320/1964, somente os demonstrativos do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais serão apresentados nesta prestação de contas.

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Este Manual observa a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.1. BALANÇO ORÇAMENTARIO



O Balanço Orçamentário, definido no art. 101 da Lei nº 4.320/1964, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$121.159.912,45** (cento e vinte e um milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e doze reais e quarenta e cinco centavos), sendo **Receita Patrimonial** o montante de **R\$8.875.126,16** (oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, cento e vinte e seis reais e dezesseis centavos) equivalente a 7,33%; **Receita de Serviços** no valor de **R\$100.966.891,57**, (cem milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos) equivalente a 83,33%; **Transferências correntes** no valor de **R\$2.910,01** (dois mil, novecentos e dez reais e um centavo) equivalente a 0,002%; **Outras Receita Correntes** no valor de **R\$11.314.984,71** (onze milhões, trezentos e quatorze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos) equivalente a 9,34%, conforme demonstrativo abaixo:

RECEITAS CORRENTES (TOTAL)	121.159.912,45	Nota
Receita Patrimonial	8.875.126,16	
Receita Financeira	585.289,95	1
Outros serviços públicos realizados	8.289.836,21	2
Receita de Serviços	100.966.891,57	

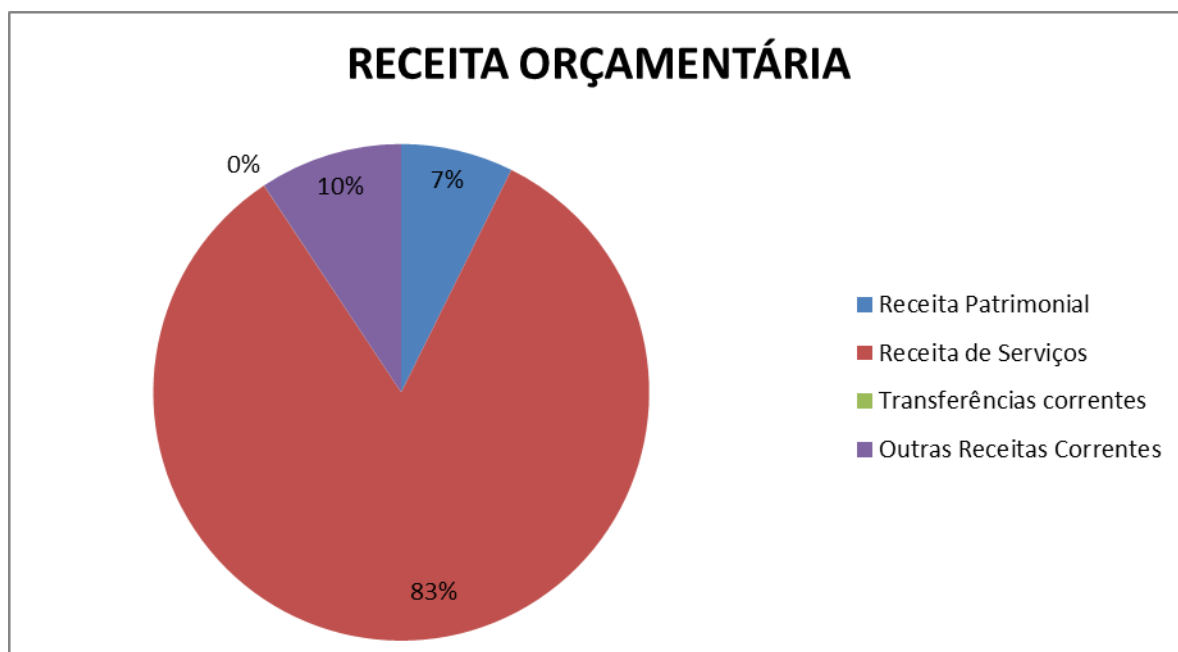


AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Serviços de Registro, certificação e fisc	80.059.308,78	3
Outros serviços	20.907.582,79	4
Transferências correntes	2.910,01	
Transferências de Instituições privadas	2.910,01	5
Outras Receitas Correntes	11.314.984,71	
Multas Prevista em legislação .específica	10.097.705,04	6
Outras Restituições	169.403,31	7
Termos de Cooperação	1.047.876,36	8

Fonte: ANEXO-10-12-AFI-2019



NOTAS:

1 – **Receita Financeira:** Resultado de aplicações financeiras realizadas no exercício

2 - **Outros serviços públicos realizados:** Valor oriundo de Termos de cooperação técnica com a empresa Arqdigital Ltda e ANOREG, sendo R\$8.246.484,21 e R\$43.352,00 respectivamente.

3 - **Serviços de Registro, certificação e fiscalização:** Valor oriundo de Taxa de Serviços de Veículos R\$80.059.308,78..

4 - **Outros serviços:** Valor oriundo de Taxa de Serviços de CNH e outros serviços R\$20.907.582,79.

5 - **Transferências de Instituições privadas:** Valor oriundo de aplicação financeira da conta corrente nº 56.105-3 do Convênio SNG FR 280 de 04/2018.

6 - **Multas Prevista em legislação específica:** Valor oriundo da cobrança de multas relativas a infrações de trânsito recebidas no exercício, no valor de R\$10.097.705,04.



4.2. BALANÇO FINANCEIRO

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior (Receita) e do saldo da Disponibilidade para o Exercício Seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-orçamentários), que se equilibram com a inclusão das Disponibilidades do Período Anterior na Seção dos Ingressos, e as disponibilidades para o período seguinte na Seção dos Dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios, orçamentários com os extra-orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida no Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre as disponibilidades para o exercício seguinte e as disponibilidades do exercício anterior.

O **Resultado do Balanço Financeiro** apurado em 2019 foi superavitário de **R\$ 10.254.632,45** (dez milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

De conformidade com o Balanço Financeiro, houve uma disponibilidade líquida no valor de **R\$22.270.258,58** (vinte e dois milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) no final do exercício 2019.

Para mensurar a evolução financeira ocorrida nos Exercícios de 2018/2019, apresentamos analiticamente, os valores que serão transferidos para o Exercício seguinte, conforme Tabela abaixo:

Tabela 07

Demonstrativo do Balanço Financeiro

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - 2019



ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	TOTAL R\$
1. INGRESSOS		367.774.898,72
(+) Receita Orçamentária	121.159.912,45	
(+) Transferências Financeiras Recebidas (Nota 1)	1.182,46	
(+) Recebimentos Extra-Orçamentários (Nota 2)	246.613.803,81	
2. DISPÊNDIOS		357.520.266,27
(-) Despesas Orçamentárias	113.348.954,61	
(-) Transferências Financeiras Concedidas (Nota 3)	5.820.653,17	
(-) Pagamentos Extra-Orçamentários (Nota 2)	238.350.658,49	
3. Resultado Financeiro em 31/12/2019 (1-2)		10.254.632,45
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
4. Saldo do Exercício Atual 31/12/2019		22.270.259,58
Caixa e Equivalente de Caixa	22.270.259,58	
5. Saldo do Exercício Anterior 31/12/2018		12.015.627,13
Caixa e Equivalente de Caixa	12.015.627,13	
6. Confirmação do Resultado Financeiro - Déficit (4-5)		10.254.632,45

FONTE: AFI - ANEXO 13/2019

Nota 1

Transferências Financeiras recebidas de R\$1.182,46 (um mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos) referente a devolução de repasse do destaque nº 007/2006, referente a NC Nº 0011/2006, relativo ao Termo Aditivo de Serviços ao Contrato nº 0033/2005-SEINF.

Nota 2

No valor destacado de Recebimentos Extra-orçamentários está incluso o valor da movimentação da Conta Intergestora (conta contábil nº 451920000000) R\$231.897.296,90 Pagamentos Extra-orçamentários incluso o valor da movimentação da conta intergestora (conta contábil nº 3511202010000) R\$231.897.296,90. A contabilização na conta movimentação intergestora, tanto como variação aumentativa como variação diminutiva no DETRAN dá-se pela padronização de eventos no sistema AFI para arrecadação e pagamento tanto pela administração direta quanto pela administração indireta. Ou seja, os eventos disponíveis no sistema AFI para arrecadação e pagamento comum às duas administrações são utilizada pelo DETRAN, pois, ao contrário ter-se-ia que criar dois eventos para vários tipos de pagamento, uma vez quando feito pelo órgão centralizador dos recursos e outra vez quando feita pela unidade gestora executora da despesa.

Para exemplificar, ressaltamos que os pagamentos efetuados pelo órgão central- SEFAZ Centralizadora para as despesas dos órgãos da administração direta contabilizam variação diminutiva na UG 14102 - SEFAZ pela saída do recurso do Estado e variação aumentativa no órgão pela baixa do passivo.

Já na administração indireta, como é o caso do DETRAN, o pagamento é efetuado pela própria entidade, onde ocorre a contabilização a débito e a crédito das contas de movimentação intergestora. Contudo, o resultado no patrimônio torna-se nulo, já que há uma variação positiva e outra negativa ao mesmo tempo.

Nota 3



Transferências Concedidas para Execução Orçamentária no valor de R\$5.820.653,17 refere-se à transferência via OB Extra para a Secretaria de Estado da Fazenda efetuar o pagamento das folhas de pagamento do DETRAN, após mudanças de procedimentos, no período de 29/08/2019 a 30/12/2019.

4.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6ª Edição, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) *Ativo* - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) *Passivo* - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) *Patrimônio Líquido* - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) *Contas de Compensação* - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando estiverem disponíveis

para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.



Ativo Circulante totalizou **R\$ 22.691.682,35** (vinte e dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

O **Ativo não Circulante** compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Ativo não Circulante foi apurado em **R\$ 28.392.844,46** (vinte e oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), totalizando o Ativo em **R\$51.084.526,81** (cinquenta e um milhões, oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos).

Os Demais Créditos e Valores a Curto prazo destacado no Ativo Circulante de R\$22.462,54 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) refere-se a saldo de suprimento de fundos no valor de R\$22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais) e Créditos a receber de salário família no valor de R\$62,54 (sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Os Estoques de material de uso e consumo no valor de R\$398.960,23 (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta reais e vinte e três centavos) refere-se a todo material existente no almoxarifado de produtos de uso e consumo interno, tais como material de expediente, material de limpeza, material gráfico, material de informática, entre outros.

Os Investimentos apresentados no Balanço Patrimonial no valor de R\$3.198,44 (três mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) refere-se a Ações adquiridas na época da empresa de telefonia fixa – Telamazon – cujo valor o DETRAN estará providenciando o reembolso financeiro do respectivo valor e baixa patrimonial.

O **Imobilizado** tem valor mensurado com base no valor de aquisição, em 2019 foi incorporado bens no valor total de R\$104.433,00 (cento e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais) conforme demonstrativo abaixo:

TABELA 08

VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO 2019

Imobilizado	2019	2018	Varição R\$
Bens Móveis R\$	18.028.917,12	17.924.484,12	104.433,00
Bens Imóveis R\$	12.990.475,33	12.990.475,33	0,00

Totais **31.019.392,45** **30.914.959,45** **104.433,00**

Fonte: Balancete 12- AFI/2019

Sem dedução da depreciação acumulada de R\$2.629.746,43 2019 e R\$1.697.535,41. de 2018.



Imobilizado com Aumento 2019 / Variação R\$	
1231101050000 - Equipamento De Proteção Segurança E Socorro	54.000,00
1231101070000 - Maquinas E Equipamentos Energéticos	6.320,00
1231101230000 - Maquinas, Utensílios E Equipamentos Diversos	9.505,00
1231102010000 - Equipamentos De Processamento De Dados	17.482,00
1231103030000 - Mobiliário Em Geral	3.636,00
1231104050000 - Equipamentos Para Áudio, Vídeo E Foto	12.040,00
1231199400000 - Peças Não Incorporáveis A Imóveis	1.450,00
Total da Variação no Ano R\$	104.433,00

Fonte: Balance Analítico – 12/2019-AFI

Variação da Depreciação 2019

Depreciação Acumulada	Valor R\$
2019	2.629.746,43
2018	1.697.535,41
Variação	932.211,02

Fonte: Balance Analítico – 12/2019-AFI

Depreciação calculada pelo Sistema AJURI utilizando as taxas de acordo com os bens registrados. Lembrando que o DETRAN-AM ainda está em fase de atualização do seu Patrimônio, efetuando Inventário com esta finalidade e atualizar os valores de depreciações e bens registrados.

Quanto ao Passivo, o Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. O Passivo Circulante totalizou o montante de **R\$62,44** (sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

O Passivo Não-Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, totalizou **R\$2.910,01** (dois mil, novecentos e dez reais e um centavos),



O **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido foi de **R\$51.081.554,36** (cinquenta e um milhões, oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos). O Resultado do Exercício apurado em 31/12/2019 foi de **SUPERÁVIT** de **R\$16.852.392,94** (dezesseis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), conforme Anexo 14 – Balanço Patrimonial de 31/12/2019.

4.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964,

“a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas **variações quantitativas e qualitativas**. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As que **Aumentaram** o patrimônio totalizaram **R\$ 353.354.490,20** (trezentos e cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e vinte centavos) as que **Diminuíram** o Patrimônio totalizaram **R\$335.989.401,24** (trezentos e trinta e cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e um reais e vinte e quatro centavos). O **Resultado Patrimonial** do Período foi apurado positivamente em **R\$17.365.088,96** (dezessete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), assim demonstrado na **Tabela abaixo**.

Tabela 09

Demonstrativo da Variação Patrimonial

TÍTULO	2019	2018
1. VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	353.354.490,20	305.494.566,51
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	109.256.727,78	90.413.117,44



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	585.289,95	414.181,52
Transferências e Delegações Recebidas	231.898.479,36	203.380.425,99
Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc.de Passivos	299.008,40	689.949,69
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11.314.984,71	10.596.891,87
2. VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	335.989.401,24	295.095.681,01
<i>Pessoal e Encargos</i>	24.910.964,58	24.064.077,99
<i>Uso de Bens. Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	73.571.096,36	57.276.167,33
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	231.897.296,90	203.378.050,99
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>	0,00	6.054,15
<i>Tributárias</i>	1.186.957,12	987.280,27
<i>Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos</i>	589.880,14	401.943,02
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	3.833.206,14	8.982.107,26
3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (1-2)	17.365.088,96	10.398.885,50

Fonte: AFI/2019 – Anexo 15

4.5. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante consigna as obrigações que têm prazo de vencimento inferior a doze meses. O exercício 2019 foi encerrado com o saldo de **R\$5.417.929,15** (cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e nove reais e quinze centavos). Demais detalhamentos e conclusões constam no relatório de Notas Explicativas que também integram a prestação de contas.

5. GASTOS COM PESSOAL

O DETRAN-AM possuía em 31/12/2019 em seu quadro funcional 452 servidores, sendo 253 regidos pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, 02 estatutários, 47 cargos de comissionado e 150 estagiários. Salientamos que esta administração já está elaborando através de Comissão Específica para elaboração do projeto de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração-PCCS e minuta de Projeto de Lei para atualizar as necessidades estruturais do DETRAN em sua plenitude, para que possa realizar concurso público.:



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

TABELA 11

GASTO COM PESSOAL				
DESCRIÇÃO	VALOR 2019-R\$	Part. %	VALOR 2018-R\$	Varição %
Remuneração a Pessoal	15.925.652,78	63,93	15.144.470,10	5,16
Encargos Patronais	3.894.614,42	15,63	4.309.379,80	- 9,62
Benefícios a Pessoal	5.083.418,40	20,41	4.218.021,07	20,52
Outras variações e encargos	7.278,98	0,03	392.207,02	- 98,14
Total	24.910.964,58	100,00	24.064.077,99	

Fonte: DVP-AFI/2019

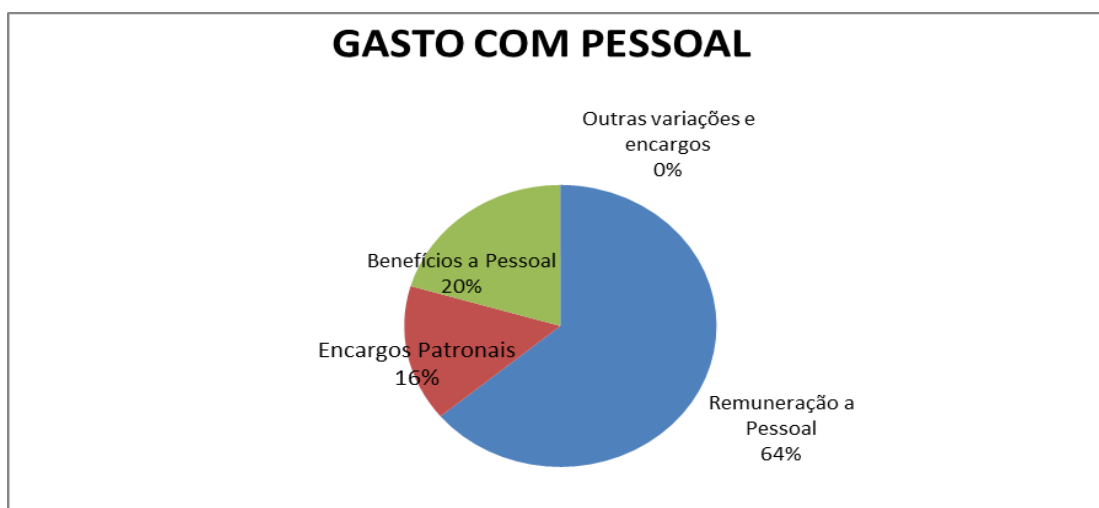
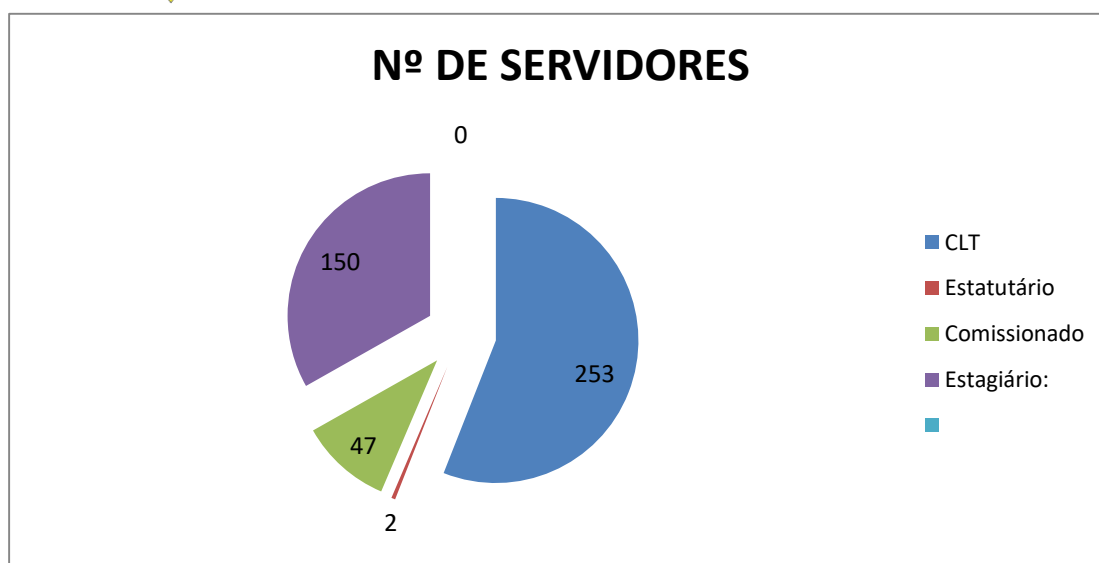


TABELA 12

Tabela de Servidores

REGIME DE TRABALHO	Nº DE SERVIDORES	%
CLT	253	55,97
Estatutário	2	0,44
Comissionado	47	10,40
Estagiário:	150	33,19
Total	452	100,00

Fonte: RH-DETRAN/12/2019



Para mantermos a estrutura funcional desta autarquia efetuamos contratação de mão de obra vinculada a empresa de prestação de serviço para apoio administrativo, manutenção, limpeza e conservação. Visando atender as demandas de serviços o DETRAN contratou estagiários que atuam em todas as áreas operacionais de atendimento ao usuário, em número citado anteriormente; segue abaixo demonstrativo resumido dos gastos respectivos:

TABELA 13

GASTOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E ESTAGIÁRIOS

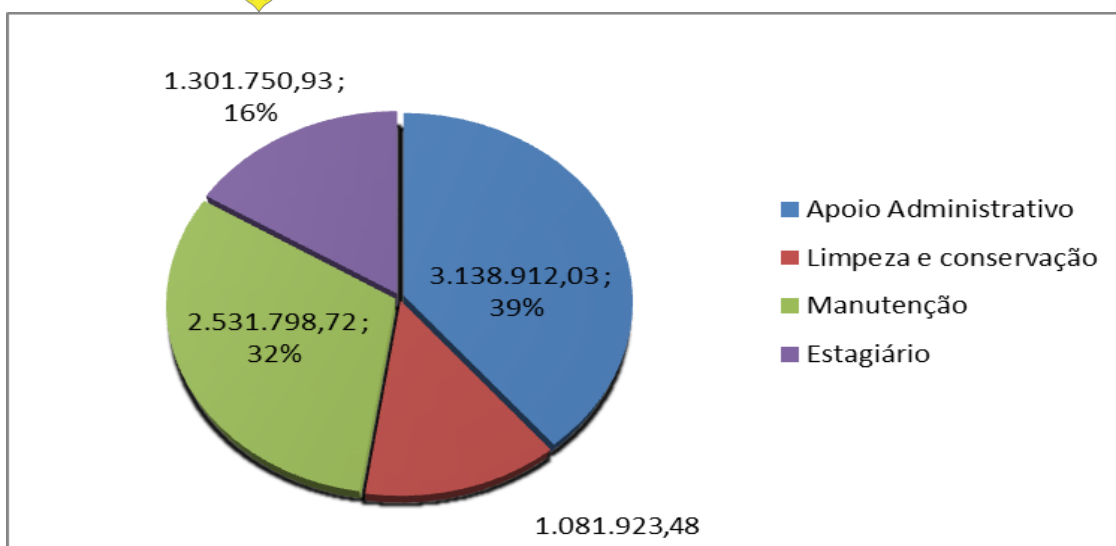
DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
Apoio Administrativo	3.138.912,03	38,97
Limpeza e conservação	1.081.923,48	13,43
Manutenção	2.531.798,72	31,43
Estagiário	1.301.750,93	16,16
Total	8.054.385,16	100,00

Fonte: Balancete 12/2019-AFI



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



6. AÇÕES NO TRÂNSITO

No ano de 2019 o DETRAN-AM, *manteve ações do ano anterior em conjunto* com o BPTRANS – Batalhão de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar, com ênfase nas ações de fiscalização das normas de trânsito na capital, principalmente quanto ao combate à infração de dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas, tirando ainda de circulação veículos com documentação irregular e em condições precárias de circulação, apreensão de habilitações irregulares e condução dos respectivos condutores para reabilitação.

Como resultado deste intenso trabalho obtivemos redução no número de acidentes de trânsito e autuações de direção por embriaguez.

6.1 Atendimentos

O DETRAN-AM possui uma integração extremamente ativa junto a sociedade demonstrada pelos números de atendimentos efetuados, em 2019 foram 1.651.245 (um milhão seiscentos e cinquenta e um mil duzentos e quarenta e cinco).

Com a descentralização dos atendimentos nos 06 (seis) PAC's – Postos de Atendimento ao Cidadão, atendemos mais 85.845 (oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco) atendimentos, conforme tabela abaixo.



6.2 Habilitados

O Estado do Amazonas possui 758.480 (setecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta) condutores devidamente habilitados nas mais diversas categorias, do total de habilitados, 70,15% são do sexo masculino. A faixa etária com o maior quantitativo é a faixa de 31 a 40 anos (29,13%), destacando que os habilitados do sexo masculino dessa faixa etária correspondem a 19,37% do total. O segundo maior quantitativo está na faixa etária de 41 a 50 (22,03%), tendo em vista que 15,56% são do sexo masculino.

Nas categorias, o tipo B tem a maior frequência com o percentual de 53,21% dos habilitados, sendo 29,33% do sexo masculino. Com a segunda maior frequência, tem-se o tipo AB com 25,54% dos habilitados, são do sexo masculino 21,14% dessa categoria.

TABELA 14

HABILITADOS POR SEXO	
Descrição	Região
Sexo:	Estado
Masculino	532,100
Feminino	226.380
Total	758.480

6.3 Provas Aplicadas

Em 2019 do total de 39.011 testes de legislação, 21.936 (56,23%) candidatos foram aprovados, 14.483 (37,12%) candidatos foram reprovados e 2.592 (6,64%) candidatos faltaram. Do total de 54.403 testes de direção, 29.957 (55,06%) candidatos foram aprovados, 21.406 (39,35%) candidatos foram reprovados e 3.040 (5,59%) candidatos.

Do total de 37.271 retestes de legislação, 13.207 (35,43%) candidatos foram aprovados, 19.229 (51,59%) candidatos foram reprovados e 4.835 (12,97%) candidatos faltaram. Do total de 36.981 retestes de direção, 17.371 (46,97%) candidatos foram aprovados, 15.636 (42,28%) candidatos foram reprovados e 3.974 (10,75%) candidatos faltaram.



6.4 Educação no Trânsito

Investimos ainda na Educação Para o Trânsito com ações nas empresas, escolas e áreas públicas e cursos, mediante aplicação de palestras, atividades lúdicas e cursos direcionados, atingimos 326 (trezentos e vinte e seis) atividades e um público de 105.293 (cento e cinco mil, duzentos e noventa e três) pessoas. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 15

RESUMO DAS ATIVIDADES		
ATIVIDADES	QUANTIDADE	PÚBLICO
ESCOLAS	204	49.780
EMPRESAS	57	4.917
CURSO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	3	291
CURSOS - TRANSPORTE ESCOLAR	1	10
CURSOS - TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA	2	59
CURSOS - ATUALIZAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	1	17
CURSOS - ATUALIZAÇÃO TRANS. DE EMERGÊNCIA	1	1
CURSOS - MECÂNICA DE SALTO ALTO	1	97
CURSOS - RECICLAGEM PARA COND. INFRATOR	25	361
CAMPANHAS	8	32.751
INTERIOR	23	17.009
TOTAL	326	105.293

FONTE: Anuário 2019-Estatística DETRAN-AM

6.5 Transparência

O DETRAN-AM mantém em seu site oficial (www.detran.am.gov.br) informações relativas ao atendimento da Lei de Acesso a Informação (12.527/2011); Lei da Transparência (LC 131/2009) e Decreto Estadual nº 36.819/2016, mantendo quadro de servidores treinados para atendimento ao sistema e-SIC divulgado em suas instalações e via site oficial.

Sabendo-se que a Transparência Pública é a obrigação da Administração Pública de promover a prestação de contas à população a qual divide-se em:

- Transparência Ativa
- Passiva



Sendo a primeira aquela em que o Poder Público divulga informações em virtude de imposição legal ou de livre iniciativa. (transparência propriamente dita) enquanto que a segunda é o acesso às informações públicas fornecidas pela Administração Pública, quando solicitadas pelo cidadão. (Controle Social)

Exemplo: Transparência Ativa

Portais de Transparência

Lei Complementar no 131/2009 (Lei da Transparência)

Exemplo: Transparência Passiva

Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011)

- Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

- Sistema Eletrônico de Acesso à Informação (e-SIC)

Atendemos as demandas do Portal da Transparência via sistema e-SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, o qual serve para ATENDER e ORIENTAR o Cidadão a ter acesso às INFORMAÇÕES das atividades relacionadas ao Poder Executivo Estadual; qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar pedidos de acesso à informação. O usuário tem a opção de ser atendimento PRESENCIALMENTE: No setor do SIC, localizado na sede do DETRAN ou em uma de suas unidades de atendimento, ou ELETRONICAMENTE através de acesso ao site <https://acessoainformacao.am.gov.br/>.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Prestação de Contas está composta pelas peças contábeis prescritas na Lei 4.320/64 (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) e os quadros demonstrativos que evidenciam os principais aspectos da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de forma clara e transparente os resultados finais dos atos e fatos praticados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN durante o exercício financeiro de 2019, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Continuamos, apesar de todo esforço e rigor na aplicabilidade da legislação do trânsito, **nossa principal dificuldade** em mantermos um trânsito mais seguro, pacífico e humanizado, *ainda é a falta de educação do condutor*, que insiste em dirigir: embriagado, em alta velocidade, com documentação irregular do veículo, sem habilitação condizente com o veículo que conduz, dar posse do veículo a pessoa não habilitada e a menor de idade. Mesmo assim em nenhum momento esta autarquia deixou de exercer sua função apesar, ainda, da crise instalada em nosso país.



Mantivemos nossos postos de atendimento espalhados pelas zonas geográficas de nossa cidade, mediante PAD abaixo descritos:

Sede: Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 2884 – Parque Dez de Novembro

PAD – Posto de atendimento do DETRAN:

PAC São José

End: Av. Cosme Ferreira, 4605- Uai Shopping Bairro São José I;

PAC Compensa

End: Av. Brasil, nº 1325- Compensa I;

PAC Galeria dos Remédios

End: Rua Miranda Leão, nº 327 – Centro;

PA Shopping Sumaúma

End: Av. Noel Nutels, nº 1762 – Cidade Nova I;

PAC Alvorada

End: Av. Desembargador João Machado, nº 4.922 – Planalto/Alvorada;

PAC Educandos

End: Av. Beira Mar, sem número – Educandos;

PA Shopping Cidade Leste

End: Av. Autaz Mirim, nº 288 - Tancredo Neves;

PA Shopping Via Norte

End: Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, nº 3.760 – Nova Cidade;

PA Shopping Sumaúma

End: Av. Noel Nutels, nº 1762 – Cidade Nova I;

PA Shopping Ponta Negra

End: Estrada da Ponta Negra - Bairro Ponta Negra

Resumimos abaixo algumas das ações do DETRAN em 2019:

- ✓ Investimentos efetuados em sinalização viária através da Gerência de Engenharia de Trânsito o DETRAN efetuou estudos de elaboração de projetos de sinalização viária vertical e horizontal para 14 municípios do Amazonas, cujo objetivo é implantar uma estrutura de sinalização adequada que permita melhor trafegabilidade e segurança aos pedestres e condutores de veículos.
- ✓ O DETRAN efetuou repasse de aproximadamente R\$ 2 milhões para a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (SEINFRA), com objetivo exclusivo em ações de sinalização viária na capital e nos municípios do interior do Estado.



- ✓ DETRAN efetuou repasses financeiros para o Fundo Estadual de Segurança Pública, totalizando R\$773.422,22, sendo a primeira vez efetuado o repasse que é estabelecido pela Lei Estadual nº 4.278/2016, recursos para custeio e investimentos do Fundo.
- ✓ Renovação de Termo de Convênio com a Polícia Militar para ação conjunta com o Batalhão de Trânsito da PM e garantiu R\$600 mil reais para execução de atividades no próximo ano, cujo investimento não era realizado há aproximadamente quatro anos.
- ✓ DETRAN implantou o Certificado de Licenciamento e Registro de Veículo Digital (CRLV-e), mediante o qual o proprietário do veículo tem acesso online, por meio do app “carteira Digital de Trânsito” ao documento. Juntamente com a CNH DIGITAL, direto no Smartphone.
- ✓ Implantou o sistema de reconhecimento facial de condutores nos processos de habilitação, para inibir clonagem de CNH.
- ✓ Modernização da plataforma de atendimento prestado a população que possibilitará no futuro a execução de serviços totalmente online. A antiga estrutura era utilizada há pelo menos 30 anos.
- ✓ Redução no prazo para entrega de CNH e CRV de 20 dias para 2 (dois) dias úteis, através de atendimento com hora marcada.
- ✓ Ações de educação alcançaram mais de 100 mil pessoas, inclusive no interior do Estado, reunindo campanhas e cursos que ocorreram em escolas, empresas e instituições públicas e privadas.
- ✓ No mês de maio, em alusão ao movimento “Maio Amarelo”, o DETRAN-AM realizou um evento de dois dias no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques (CCAVV), com a oferta de serviços e ações em parceria com diversas instituições públicas e privadas, alcançando mais de 5 mil pessoas.
- ✓ No mês de maio durante o evento Maio Amarelo o DETRAN-AM assinou um protocolo de intenção sobre um Termo de Cooperação Técnica com a Fiocruz Amazônia, com objetivo de integração de dados a fim de atender ao projeto de pesquisa “Plataforma Digital Colaborativa da Prevenção e Vigilância das Violências”. Com intuito de desenvolvimento de um aplicativo que terá como finalidade a construção de uma base de dados compartilhada com todas as instituições do trânsito e saúde do Amazonas.
- ✓ Em setembro a instituição realizou um mutirão de atendimento durante três sábados do mês, na sede do órgão, em que mais de 12 mil pessoas foram alcançadas.
- ✓ Participação no Programa Amazonas Presente, que durante as duas edições mais de 6 mil pessoas foram atendidas. Atendimentos relacionados aos processos de



licenciamento de veículos, habilitação, atividades educativas e reforça nas ações de fiscalização de trânsito. Lançado pelo governador Wilson Lima, foram realizadas ações nos municípios do Baixo Amazonas, como Parintins e Barreirinha, e do Alto Solimões, em Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamim Constant.

- ✓ Participação no Programa Muda Manaus, onde mais de 2 mil pessoas foram alcançadas durante a primeira edição deste evento. A programação ocorreu no início de dezembro, no bairro Amazonino Mendes (Mutirão) zona norte de Manaus. Lançada pelo Governador Wilson Lima, a iniciativa visa reduzir a vulnerabilidade social e elevar a qualidade de vida da população da capital do Estado.
- ✓ Intensificação na aplicação da Lei Seca através de ações do Núcleo Especializado em Operações de Trânsito (NEOT) que cresceram em 70%, realizados inclusive em 08 (oito) municípios do Amazonas, com mais de 25 mil testes de alcoolemia, sendo abordadas mais de 105 mil pessoas, um crescimento de 58% em relação ao ano anterior. Ações também aplicadas em datas festivas como Carnaval, Natal e ano novo.
- ✓ A atual gestão implementou portaria normativa que determinou as atribuições funcionais da secretaria geral de documentos, gestão de projetos e controle interno. Com objetivo de promover a estruturação, divisão e organização das rotinas administrativas do gabinete da presidência, bem como a padronização de documentos. Visando a modernização dos serviços públicos, por meio de práticas administrativas modernas, bem definidas, além da implementação de um efetivo organismo de controle interno e necessária organização dos procedimentos administrativos.
- ✓ Aumento no número de Leilões, em 2019, realizados 5 leilões com número crescente de 400% na comparação com o ano de 2018, quando apenas um certame foi realizado, atendendo a Resolução nº 623 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
- ✓ Investimento em Tecnologia da Informação e Otimização de serviços aumentou o número de vagas para exames práticos no Complexo de Exames de Direção Veicular (CEDV) em 70%, saltando de 3.200 vagas para 5.460, reduzindo o prazo para realização do teste de 60 para menos de 30 dias. Foi realizado melhorias estruturais no CEDV além da criação de uma sala de espera climatizada.
- ✓ Investimento em Fardamento dos agentes de trânsito e novo bafômetro com padronização do NEOT e utilização do bafômetro de resultado rápido para facilitar a triagem de motoristas nas ações da Lei Seca.
- ✓ Nova estrutura em Manacapuru e Iranduba cujos municípios tiveram seus Postos de Atendimento Descentralizados (PADs) reformados, além da assinatura de Termos de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Convênio com os Institutos Municipais dessas cidades, por meio dos quais se garante a fiscalização de trânsito integrada e aplicação de medidas administrativas em conjunto, além de salas de provas digitais, garantindo segurança e agilidade ao processo de emissão da CNH.

- ✓ Descontos de 40% nas multas, onde a parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) garante descontos de até 40% no pagamento de multas aplicadas pelo órgão. O Desconto ocorre por meio do aplicativo do Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), um sistema de processamento de dados relativo às notificações de trânsito, disponibilizando pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas, mas tem-se a certeza que o DETRAN-AM avançou na política de trânsito do Amazonas, com esforço e dedicação da equipe técnica e administrativa de forma incansável na busca constante da melhoria dos serviços do trânsito visando proporcionar segurança e qualidade de vida da sociedade amazonense.

A Prestação de Contas apresentada, em atendimento a legislação vigente, ficará disponível no Departamento Administrativo do DETRAN-AM, órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos, pelos órgãos de Controle Interno e Externo e a sociedade.

Manaus-AM, 17 de março de 2020.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Rodrigo de Sá Barbosa
Diretor Presidente

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS

Edslângela Rodrigues dos Santos
Diretora Administrativa e Financeira


Heribison da Silva Damasceno
Contador
CPF: 314.242.362-15
CRC-AM - 089528/O-7